



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

22 DE
MARÇO DE
2021



REPÓRTER

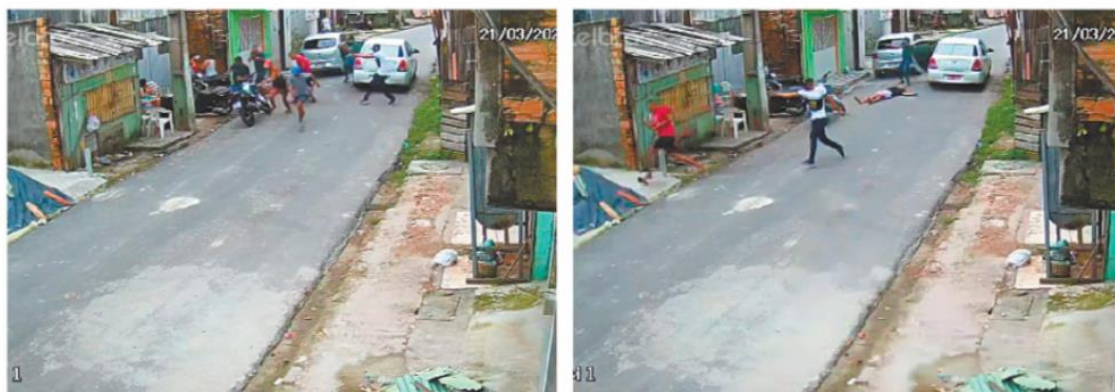
70

EM POUCAS LINHAS

● O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e STF, ministro Luiz Fux, designou a desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), como integrante do Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIPJ), que tem, entre outras competências, prevenir o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa a partir da identificação das causas geradoras do litígio em âmbito nacional.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



A TIROS

Ataque deixa dois mortos no Guamá

FERIDA - Uma adolescente também foi baleada, mas está fora de perigo. Câmera de segurança registra todo o crime.

EDUARDO ROCHA
DA REDAÇÃO

Por volta das 16h30 de ontem, dois rapazes foram mortos a tiros e uma adolescente foi ferida na passagem Jambu, no Guamá, próximo do bar no qual 11 pessoas foram executadas em 19 de maio de 2019. Os jovens ainda foram levados para atendimento no Hospital de Pronto-Socorro do Guamá, mas não resistiram. Quatro homens estão envolvidos no

o carro para os criminosos prestou depoimento à Divisão de Homicídios no começo da noite. O ataque foi todo registrado por uma câmera de segurança cujas imagens já foram conferidas pela polícia.

De acordo com a PM, por volta das 16h30, homens em um carro branco chegaram à via onde um

vitimas foram conduzidas para o PSM do Guamá.

Moradores da área relataram à PM que cinco pessoas estavam no Etios sedan branco. Testemunhas informaram o apelido de um suspeito, que agora é investigado pela polícia. O crime ocorreu a duas casas do local da chacina de 2019.

Por meio de nota, a Polícia Civil informou: "A Polícia Civil informa que apura o duplo homicídio ocorrido neste domingo, no bairro do Guamá, em

Os alvejados
são uma garota

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Departamento de Comunicação – Coordenadoria de Imprensa
(91) 3205-3256/3274 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**Williams Souza
Santos e Luan
Gabriel da Silva**

Os alvejados são uma garota de 16 anos, Alan Williams Souza Santos, de 24 anos, e Luan Gabriel da Silva Rocha Teixeira Dias, de 20 anos. Ela levou um tiro, mas já foi liberada do hospital. Algumas pessoas comentaram nas redes sociais que Luan era filho de um policial, mas a informação não foi confirmada.

Equipes da Polícia Militar e da Divisão de Homicídios foram ao local do crime e acompanharam o trabalho da perícia. Os dois mortos não tinham antecedentes criminais.

Um motorista de táxi que foi obrigado a dirigir

grupo de jovens conversava. Os homens saíram correndo do veículo estacionado perto do grupo e abriram fogo contra as vítimas. Um dos jovens foi logo baleado e ficou no chão. Outro correu e foi seguido por um criminoso.

Uma equipe de policiais em ronda foi acionada por terceiros para verificar o crime. Os policiais militares constataram a veracidade das informações. As

as investigações iniciais, três pessoas foram atingidas por disparos de arma de fogo. Todos os feridos foram socorridos, mas dois evoluíram a óbito. A terceira vítima, menor de idade, não corre risco de vida. Os autores dos disparos estavam em um veículo roubado. O dono do mesmo foi identificado e já prestou depoimento a PC. No relato o homem informou que foi sequestrado e obrigado a dirigir para o criminoso. Um inquérito policial foi instaurado para apurar o crime. Diligências estão sendo feitas para prender o criminoso”.

Policiais militares participaram de chacina

Foi em 19 de maio de 2019 que uma ação criminosa resultou na morte de 11 pessoas e deixou uma ferida. O assassinato foi cometido por volta das 15h50, quando homens invadiram o bar, na passagem Jambu, e fizeram disparos contra pessoas no local.

As investigações apontaram logo depois do crime que somente duas pessoas seriam os verdadeiros alvos da ação criminosa do grupo. Além da única pessoa sobrevivente, cujo nome é protegido, as vítimas da chacina foram Alex Rubens Roque Silva; Flávia Telles Farias da Silva; Leandro Breno Tavares

da Silva; Maria Ivanilza Pinheiro Monteiro; Márcio Rogério Silveira Assunção; Meire Helen Sousa Fonseca; Paulo Henrique Passos Ferreira; Samara Santana da Silva Maciel; Samira Tavares Cavalcante; Sergio dos Santos Oliveira e Tereza Raquel Silva Franco.

O relatório do inquérito sobre o caso foi concluído em 3 de junho de 2019 e apontou inicialmente o envolvimento de nove pessoas. O documento, que possui mais de 800 páginas, foi distribuído eletronicamente no Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) para a 1ª Vara do Júri da Capital, que remeteu o

caso ao Ministério Público do Estado (MPE) para decidir se oferecia ou não a denúncia. Ao todo, foram identificados oito pessoas envolvidas nos crimes. Dos acusados, quatro são policiais militares: cabo da PM Wellington Almeida Oliveira; cabo da PM Pedro Josimar Nogueira da Silva; cabo da PM Leonardo Fernandes de Lima; e cabo PM José Maria da Silva Noronha.

A polícia identificou quatro civis que também teriam relação com o crime. Dos quatro, três foram presos preventivamente e um estava foragido até maio de 2020.

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

A 2ª Vara da Justiça Federal de Santarém aplicou o Pacote Anticrime para chegar mais rapidamente à fase de execução em três processos diferentes. Foram três decisões que abreviaram algumas fases do Código de Processo Penal e chegam diretamente à execução, encerrando os processos mais rapidamente. Nos processos os réus foram acusados de crimes de associação criminosa (pena de 1 a 3 anos de reclusão) e obstar ação fiscalizatória da Lei de Crimes Ambientais, que prevê pena de 3 a 6 anos. Mas cada um fez acordo com o Ministério Público Federal (MPF) para evitar a continuidade da ação penal e assim iniciar desde já o cumprimento de medidas favoráveis à sociedade.

INDENIZAÇÃO

Ex-alunos de curso Instituto Brasileiro Acadêmico Social de Pesquisas e Ensino (Ibraspe), ilegalmente anunciado em Monte Alegre como sendo de bacharelado em Administração podem solicitar à Justiça indenização de R\$ 3 mil mais o ressarcimento das despesas realizadas com correção monetária, informou o Ministério Público Federal (MPF). A empresa foi condenada aos pagamentos de acordo com sentença proferida pela Justiça Federal em agosto de 2020. O curso não tinha autorização do Ministério da Educação (MEC) para funcionar. A Justiça confirmou a ilegalidade, proibiu a oferta de cursos ilegais, e determinou que os prejudicados devem ser indenizados.

AUMENTO

A Promotoria de Justiça de Breves recomendou que a prefeitura do município decreta lockdown durante 15 dias em razão da curva acentuada de pacientes com diagnóstico positivo para covid-19 na cidade. O MP considera que o Hospital Regional de Breves também é responsável por atender pacientes dos municípios de Melgaço, Curralinho, Portel, Bagre, Gurupá e Anajás, além do aumento significativo do número de pacientes internados na cidade, que em apenas dois dias passou de três para 12, sem falar que a região metropolitana de Belém, atualmente, tem uma procura muito alta por leitos.